

NOGUEIRA, Vera Lúcia. *A escola primária noturna em Minas Gerais (1891-1924)*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

Daniele Alves Ribeiro

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

“A escola primária noturna em Minas Gerais”, de Vera Lúcia Nogueira, traça a história da educação noturna em Minas através da análise das políticas de educação e participação dos sujeitos nas ações de educação entre os anos de 1891 e 1924 com a intenção de contribuir para as pesquisas na área da história da educação dos sujeitos trabalhadores e analfabetos. Na introdução, a autora afirma que o livro é uma versão de sua tese de doutorado, defendida em março de 2009, no Programa de Pós-Graduação em Educação e Conhecimento, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Ele destaca que a pesquisa foi realizada a partir da “análise da atuação de diversos grupos sociais” (p. 20) a fim de perceber os discursos, as intenções e os interesses dos envolvidos com a educação dos operários naquele período.

O estudo abrange o período que vai da primeira reforma da educação primária, 1891, até 1924, última reforma analisada pela autora, passando pela primeira regulamentação sobre a escola noturna, em 1911. O objetivo é confrontar os dispositivos legais com a prática escolar a fim de “conhecer as implicações desses dispositivos no cotidiano das escolas” (p. 18). Através de documentos oficiais, legislações, termos de inspeção, correspondências, atas de exames, requerimentos, despachos e jornais da época, Nogueira procurou traçar a identidade dos sujeitos que frequentavam a escola noturna, bem como compreender a história da educação dos adultos em Minas mediante as iniciativas de “diversos grupos sociais” que tornaram possíveis a criação dessas escolas.

Por tratar das primeiras décadas da República, o contexto em discussão leva em conta a articulação entre educação e civilização feita pelo Estado, sendo a educação o caminho para a civilidade, a ordem e o progresso. A autora destaca a relação das escolas noturnas para adultos com iniciativas públicas, particulares e de associação, pois estava relacionada à instrução e à educação dos trabalhadores mineiros em função das “alterações das relações de trabalho e de mudança de regime políticos do país” (p. 21).

O primeiro capítulo, “A escola noturna nas reformas do ensino primário”, destaca cada uma das reformas do ensino primário na virada do século, cuja intenção era a renovação

pela transformação dos métodos para a construção de uma educação nova, um homem novo, que rompesse com o passado, assim como a República rompia com o passado da Monarquia.

A lei n. 41 de 1892 considerava a extensão do território mineiro - a má distribuição da população pelo espaço; a preocupação em não onerar o Estado em função dessa extensão - ampliação do número de escolas, distribuição dos materiais e a fiscalização; opção pela educação da criança - preocupação mundial desde o século XIX.

A primeira lei de reforma da educação primária tratou da educação noturna em apenas um artigo, limitando o funcionamento das escolas noturnas àquelas que mantivessem mais de 30 alunos e extinguindo as escolas na medida em que vagassem. A medida reduziu em 44% o número de escolas noturnas, gerando polêmica entre os que acreditavam ser a medida desnecessária. A autora destaca que a demanda provocou “uma verdadeira burla” (p. 35) contra a lei que vigia naquele momento. Segundo ela, no final do século XIX, o funcionamento de dez escolas em Minas se deu “mediante uma relação de troca de ‘favores’” (p. 35).

A segunda reforma, lei n. 281 de 1899, para tentar minimizar os efeitos de uma crise vivida pelo governo mineiro, pois fim às escolas rurais e reduziu as escolas primárias, com a criação das escolas coloniais (urbanas e distritais), cujo número variava de acordo com a densidade da população e importância da localidade. O deputado Vasco Azevedo propôs um projeto de lei para a criação de uma escola noturna em cada fábrica de tecido ou outra manufatura e junto a estabelecimentos industriais que estivessem distantes a mais de três quilômetros da sede dos distritos e tivessem número superior a 20 alunos. Porém, diante de várias discussões e argumentações, o projeto foi revogado. Somente em 1906, o governador João Pinheiro da Silva, que era dono de fábrica em Minas Gerais, incorporou essas propostas no conteúdo do projeto n. 53 e na reforma do ensino primário feita durante o seu governo.

A partir da reforma de 1906, poderiam ser criadas escolas rurais nos centros fabris e manufatureiros, onde tivesse frequência mínima de 30 adultos e o governo promoveria essa criação. Nogueira afirma que a partir 1911 essa educação passou a receber um tratamento diferenciado, ocupando novo espaço na política educacional mineira.

Durante a terceira década republicana houve a organização didático-administrativa e definição da identidade da escola noturna mineira através de medidas, de ordem geral, que concorreram para a formação dessa identidade: programas próprios para as escolas e grupos escolares noturnos; definição de uma identidade escolar para os alunos dos

curso noturno; tentativa de estabelecer obrigatoriedade de frequência para analfabetos maiores de 14 anos.

Quanto à escola noturna, o decreto 3.191 de 1911 determinava que ela fosse destinada ao sexo masculino e a escola dominical, a trabalhadores. A frequência mínima para a existência das escolas noturnas era de 30 pessoas com idade entre 16 e 40 anos. Além disso, delimitava o que deveria ser ensinado: o mínimo de conhecimento. Para isso, posteriormente, foram criados programas específicos do que seria ensinado em cada disciplina, por quanto tempo e em que tipo de escola.

De acordo com a pesquisa, entre 1914 e 1917, houve um grande crescimento das escolas noturnas e do número de alunos. Apesar desse crescimento, as faltas eram frequentes, o que provocou, entre 1918 e 1919, a não permissão do governo para abertura de novos cursos noturnos, justificada pelo que ele chamou de escolas improdutivas.

A partir de 1920, o cenário é marcado pela obrigatoriedade escolar, que se estende aos maiores de 14 anos e menores de 18. Depois das discussões no congresso e tendo a lei de 1920 como base, surge o decreto que regulamenta o ensino primário. Um quadro comparativo entre os dois dispositivos mostra como o regulamento atendia o jogo de interesses dos proprietários rurais, que não estavam dispostos a assumirem a obrigatoriedade de oferecer instrução aos seus trabalhadores como a lei previa de início.

O capítulo termina destacando que a década de 1920 foi o período marcado pelo início das discussões sobre a educação de jovens e adultos, embora a preocupação com esses sujeitos não tenha sido o motivo principal para que se iniciasse essa discussão.

“As iniciativas de escolarização noturna dos trabalhadores mineiros” é o capítulo dois, em que Vera Lúcia Nogueira apresenta as iniciativas das associações de operários e das fábricas em instruir os trabalhadores jovens e adultos. Entretanto, a autora diz que eram iniciativas “compreendidas como parte da política educacional mineira que mobilizavam diversos agentes na criação e manutenção de escolas noturnas” (p. 69).

Através de documentos da época, que destacavam a idade dos alunos frequentadores da escola noturna, a pesquisadora comprova a forte presença das crianças e justifica a preocupação do governo com a educação noturna: cumprir a lei quanto à obrigatoriedade escolar. Também com base nos números de frequência, Nogueira conclui que esses alunos buscavam na escola apenas noções de leitura, pois a abandonavam nos últimos anos. Para ela, eles deixavam de ir à escola para fazer algum trabalho: a garantia de

sobrevivência estava no trabalho, iam à escola por imposição de natureza “jurídico normativa” e “ideológica”.

A pesquisa demonstra que o século XX foi marcado pela união dos trabalhadores em associações para melhoria da qualidade de vida dos operários. Eles acreditavam que precisavam batalhar pela instrução e por uma luta operária no plano das ideias, daí a necessidade de instrução para atuarem com “força política consciente e profícua”. A função da educação era transformar operário em cidadão. Esses movimentos solicitavam a criação de escolas noturnas, a compra de livros, a criação de “liceus de arte e ofício” e a proibição de menores de 12 anos trabalhando nas fábricas. Voltados para a instrução primária, o Congresso criou para as associações o ônus de fundar as escolas noturnas.

Apesar do funcionamento de algumas escolas operárias, a autora mostra através dos discursos dos membros do movimento operário, que as reivindicações não se traduziram em melhorias educacionais conforme as almejadas. Ela ainda questiona a participação do governo e destaca a primeira iniciativa de outros atores sociais - donos de fábricas e trabalhadores organizados.

A evolução dos programas de ensino primário até chegar ao programa que especificaria o ensino nas escolas noturnas é traçada no capítulo 3, “Os programas do ensino primário e a construção da identidade da escola noturna”. Nesse momento, Nogueira demonstra que os programas das escolas primárias muitas vezes traduziam a intenção da República de criar cidadãos civilizados, trazendo concepções de cultura, educação, instrução e ensino, Estado, civilização, democratização, cidadania e povo.

Os métodos e programas foram tratados a partir de 1892, quando o governo começa a discutir o que a escola deveria ensinar: não só ler e escrever, mas pensar, raciocinar e fazer escolhas. Daí surgem as diferenças de programas para escolas diferentes com base nos contextos e realidades vividas. A solução encontrada foi programas com parâmetros no ensino rural. Nas escolas rurais e distritais, matérias comuns e nas urbanas, elas eram ampliadas. Além disso, os homens tinham evoluções militares e ginástica, e as mulheres, atividades domésticas e trabalhos manuais. Não havia recomendações para as noturnas.

Em 1899, a partir da crítica à ampliação do programa anterior entra em cena a falta de preparo do professor para isso. Sendo assim, acontece a simplificação e equalização das matérias do programa de ensino primário para as três escolas (rural/distrital/urbana). O novo programa determinou ainda a divisão de classes para o ensino. As escolas noturnas não seguiam os programas, nelas os alunos aprendiam a ler, escrever e contar.

Em 1906, a função da escola volta a se ampliar: não só instruir, mas educar. A educação pública passa a abranger o físico, o moral e o intelectual. Adota-se um método “simples, prático e instrutivo” - único para todas as escolas. Aqui também não havia especificações sobre escola noturna. Volta os cuidados com a higiene, o físico, os trabalhos manuais e a música. Surge um novo tipo de saber: o pedagógico, destinado a ensinar o professor para que ele correspondesse ao ensino exigido. Além disso, é criado um quadro de horários diários para regular os trabalhos.

Segundo Nogueira, em 1911, foi criado um programa que tratava da escola noturna. O regulamento determinava os programas específicos para os grupos; escolas singulares, urbanas e distritais; as rurais; as noturnas e as dominicais. Nas escolas noturnas não havia atividade manuais, físicas, desenho e música, mas programa com disciplinas intelectual, moral e cívica. Porém, os inspetores ainda tinham muitas dúvidas e enviavam correspondências à Secretaria do Interior a fim de dar andamento às aulas. Daí, a necessidade de contornos mais bem definidos.

O decreto de 1912 tratou com mais especificidade a distribuição das matérias e os horários de aula, além do conteúdo a ser discutido. Ressaltou que as matérias deveriam ter conteúdos simples e a falta de obrigatoriedade quanto à aula de noções de física, química, história natural, eletricidade e generalidade da agricultura.

Em 1920 o primeiro programa para atender especificamente os grupos noturnos determinava uma educação voltada para o desenvolvimento moral através de virtudes religiosas e cívicas. E em 1925, o programa de ensino determinava os horários e a distribuição das matérias, o que facilitaria o trabalho de fiscalização, já que o Estado queria homogeneizar o ensino a fim de formar cidadãos civilizados e aptos para o trabalho dentro dos moldes modernistas e progressistas.

Nogueira termina o capítulo comentando as ambiguidades, recorrências e adaptações dos programas de ensino na escola noturna. Para isso, utiliza a comparação de documentos oficiais de 1912 e 1925, encarados como discursos autorizados que determinavam o que e como deveriam ensinar. Também realça que os documentos oficiais pesquisados são reveladores quanto à questão de para quem foram pensadas essas orientações: a criança - dentro do pensamento pedagógico da época, voltado para a infância.

No capítulo 4, “Os sujeitos escolares no cotidiano das escolas primárias noturnas e a construção da identidade de aluno”, a autora tenta traçar o perfil dos sujeitos que

compunham o contexto escolar das escolas noturnas naquele momento, sobretudo professores e alunos.

Quanto aos professores, a autora destaca que para a remuneração não havia padrão e somente na década de 1930 o governo mineiro “promoveu uma suposta equalização dos vencimentos desses professores” (p. 139). Seus trabalhos eram fiscalizados e avaliados como os da escola diurna pelo relatório dos inspetores escolares quanto ao cumprimento da lei.

Relatórios utilizados pela pesquisa não permitem que a autora faça uma análise mais minuciosa sobre os professores. Para demonstrar a existência de mobilização, resistência e luta por direitos por parte desses profissionais, Nogueira destaca fragmentos da trajetória da professora Maria da Glória de Moura Costa, que dedicou-se às escolas noturnas e foi marcada por episódios de luta pelo reconhecimento de seus direitos.

A autora revela também a presença feminina nos quadros de professores das escolas noturnas, mas afirma que muito pouco se sabe sobre esses professores, o que demanda outras investigações.

Antes de tentar traçar o perfil dos alunos, Nogueira procura contextualizar mais uma vez a educação no Brasil e no estado na virada dos séculos XIX e XX. Com a escola moderna, o Brasil, seguindo o exemplo europeu, definiu o perfil dos alunos das primeiras letras por um recorte geracional, sendo a infância o momento ideal da aprendizagem para a qual se propunham. Para o ensino noturno, em 1911, foi definida a faixa etária dos 14 aos 40 anos. Como a expectativa de vida naquele período girava em torno dos 35 anos, a autora classifica a abrangência como uma “medida bem democrática”. A escola noturna foi criada para atender adultos, naquele momento eram considerados como tal os maiores de 16 anos. Porém, os relatórios dos inspetores mostram a presença de menores de 16 anos em várias instituições, além de destacar que muitos desses alunos trabalhavam de dia em oficinas ou serviços manuais. Segundo a autora, a causa disso foi a obrigatoriedade escolar a partir de 1920.

Nogueira comenta que para que os menores frequentassem as escolas noturnas, os inspetores faziam vista grossa, permitindo transgressões e burlas. Porém a função de trabalhador definia o perfil dos alunos da escola noturna, fossem crianças, jovens ou adultos. Ao tratar do perfil dos alunos, o livro levanta ainda a questão do tempo escolar em relação ao tempo de trabalho, comprovado pela baixa frequência e muitos atrasos. Os relatórios dos inspetores destacavam o prejuízo no rendimento em função do horário de trabalho. Porém, os

alunos eram encarados como trabalhadores, embora muito ainda fossem crianças, e por isso a questão do trabalho infantil não foi vista como um problema social.

Antes de concluir a obra, a autora levanta algumas questões que podem ser desenvolvidas por outras pesquisas, sugerindo estudos mais aprofundados em relação ao contexto industrial daquele momento, as ações do Estado e o movimento operário, bem como auxiliar na reflexão acerca da educação de jovens e adultos e para novos conhecimentos sobre a educação dos sujeitos discutidos nesse livro.